



SENADO FEDERAL
Senador Weverton

EMENDA DE PLENÁRIO nº 101

PEC n.º 133 de 2019

Permite que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotem em seus regimes próprios de previdência social as mesmas regras aplicáveis ao regime próprio da União; modifica renúncias previdenciárias; prevê benefício da Seguridade Social à criança vivendo em situação de pobreza; e dá outras providências.

Inclua-se na Pec 133/2019 o seguinte artigo:

Art. A pensão por morte concedida a dependente de segurado do Regime Geral de Previdência Social ou de servidor público federal será equivalente a uma cota familiar de cinquenta por cento do valor da aposentadoria recebida pelo segurado ou servidor ou daquela a que teriam direito se fossem aposentados por incapacidade permanente na data do óbito, acrescida de cotas de dez pontos percentuais por dependente, até o máximo de cem por cento, calculada sobre a parcela do benefício que exceda ao limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

JUSTIFICATIVA

Dentre tantos assuntos que estão sendo tratados pela reforma da previdência, um deles é demasiadamente mais sensível que outros: pensão por morte. Tratar desse assunto é muito desconfortável quando se leva em consideração de que se trata de um momento muito difícil na vida dos familiares, o que piora com a situação proposta pela PEC no que se refere a este benefício. As mudanças negativas que a proposta em análise determina, trará grandes problemas financeiros às famílias que dependem substancialmente deste benefício para sobreviver.

Recebido em 17/ 9/ 19
hora: 23: 03

Ramita Grassan Saldanha - Mat. 315749
@GIV73E3F



SF/19552.30412-00

Página: 1/4 16/09/2019 10:53:18

a4606cc006b6f08fa91dbf046354c3c1209713e5



Posto isso, pretendemos, com a apresentação da emenda em epígrafe, que haja restrição na aplicação da cota familiar para os valores que ultrapassem o valor do teto do Regime Geral da Previdência Social; que seja suprimido o §7º do art. 23 que permite a alteração das regras de pensões por lei, mantendo, com a supressão, essas regras constitucionalizadas e, além disso, sugerir também suprimir parte final do inciso V do art. 201, possibilitando a percepção de um salário mínimo de pensão, ainda que haja outra fonte de renda pelos dependentes.

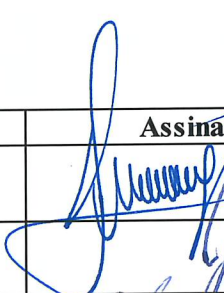


Desta forma, esta emenda altera o §7 do art. 40 e o inciso V do Art. 201 ambos do art. 1º da PEC 06/2019 em consequência da supressão do §7º do art. 23.

Essa emenda tenta minimizar os efeitos danosos aos direitos dos beneficiários, atendendo a necessidade de contribuir com a reforma previdenciária apresentada, porém, com um olhar de conciliação entre valores e direitos, buscando o equilíbrio nas relações.

Acreditamos que a sugestão proposta nos leva ao aprimoramento da proposição, permite tratamento mais humanitário e justo àqueles que, de fato, merecem especial proteção.

Sala das Sessões, em de de 2019.


Senador Weverton
PDT/MA

Número	Nome do Senador	Assinatura
1	ACIR	
2	ELIZIANE	
3	JAPANE	
4		
5	CIRZO	
6		



SF/19552.30412-00

Página: 2/4 16/09/2019 10:53:18

a4606cc006b6f08fa91dbf046354c3c1209713e5



7		Dr. Tarcus
8		Dr. Tarcus
9		Dr. Tarcus
10		Dr. Tarcus
11		2-1-1
12		Plenipotencia
13		Amor y fe
14		Amor y fe
15		Amor y fe
16		Amor y fe
17		Amor y fe
18		Amor y fe
19		Amor y fe
20		Amor y fe
21		Amor y fe
22		Amor y fe
23		Amor y fe
24		Amor y fe
25		Amor y fe
26		Amor y fe
27		Amor y fe
		Amor y fe
		Amor y fe



SF/19552.30412-00





a4606cc006b6f08fa91dbf046354c3c1209713e5

Página: 4/4 16/09/2019 10:53:18



SF/19552.30412-00